

A METODOLOGIA DE PESQUISA EM ANÁLISE DO DISCURSO

Jonathan Chasko da Silva¹
Alcemar Dionet de Araújo²

Resumo: Este texto tem por objetivo dissertar sobre a metodologia de pesquisa em Análise do Discurso, tomando como referencial a Análise do Discurso de orientação francesa (doravante, AD). Neste processo, algumas categorias de análise que são caras à AD serão evidenciadas na perspectiva de compreender e abordar as concepções teóricas. Para tanto, serão utilizados os textos de autores clássicos da linha teórica, como: Pêcheux, Charaudeau, Maingueneau, Coutrine, Foucault e textos de autores brasileiros que produzem pesquisas no mesmo sentido como Brandão, Orlandi, Soares e Mariani.

Palavras-Chave: Análise do Discurso. Metodologia de Análise do Discurso. Análise do Discurso Francesa.

A RESEARCH METHODOLOGY IN DISCOURSE ANALYSIS

Abstract: This paper aims to elaborate on the research methodology in Discourse Analysis, taking as a reference the French Discourse Analysis (henceforth DA). In this process, some analysis categories that are expensive to DA will be highlighted in order to understand and address the theoretical concepts. Therefore, the texts of classical authors of the theoretical line will be used as Pêcheux, Charaudeau,

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), bolsista CAPES. Endereço eletrônico: jonathanchasko@gmail.com.

² Mestrando em Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Endereço eletrônico: alcemaraaraujo@hotmail.com.

Maingueneau, Coutrine, Foucault and texts by Brazilian authors who produce research in the same direction as Brandão, Orlandi, Soares and Mariani.

Keywords: Discourse Analysis. Discourse Analysis methodology. French Discourse Analysis.

Introdução

A Análise do Discurso é uma vertente da linguística que se ocupa em estudar o discurso e como tal, evidencia a relação entre língua, discurso e ideologia.

Partindo da ideia de que *a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia*. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz Pêcheux (1975), *não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia*: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 1999, p. 17 – Grifo nosso).

Dessa forma, podemos dizer que o discurso é o local onde se pode verificar a relação entre a língua e a ideologia, além de verificar como os efeitos de sentidos são gerados através dos enunciados.

Nas palavras de Mariani (1998), a AD se alvitra a compreender os modos de consignação histórica dos processos de produção dos sentidos.

Para tanto, o fundador da AD, Michel Pêcheux, propôs articular três regiões do saber: *o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e suas transformações; a linguística, enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos*. Estas três regiões, ainda de acordo com Pêcheux, são atravessadas e articuladas

por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (MARIANI, 1998, p. 23 – Grifo nosso).

A AD, por estar no entremeio das ciências humanas e sociais, trabalha com o imaginário, sendo esse, um dos pontos a serem analisados pelo analista do discurso, que tem como um dos objetivos identificar de que forma o imaginário é retratado. Relativamente ao discurso, podemos nos questionar o que é discurso? Segundo Pêcheux (1990, p. 82), o discurso é “uma forma de materialização ideológica, onde o sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade”.

Por sua vez, Orlandi (1999), define discurso como uma elocução em fluxo.

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a *palavra discurso*, etimologicamente, *tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento*. O *discurso* é assim *palavra em movimento*, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 1999, p. 15, Grifo nosso).

Em outras palavras, o pensamento de Orlandi nos leva a concluir que o discurso é determinado pela formação discursiva, ou seja, “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2009, p. 42-43).

Mas qual é a relevância dessas questões no que tange à metodologia a ser utilizada em Análise do Discurso?

A AD é um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta/acabada. Isto quer dizer que ao lançar

mão dos elementos constitutivos do delineamento teórico que balizarão suas análises, o analista do discurso estará ao mesmo tempo alçando os dispositivos metodológicos. É o objeto (corpus) e os efeitos de sentido que vão impondo a teoria a ser trabalhada, pois em AD, teoria e metodologia caminham juntas, lado a lado, uma dando suporte a outra, não podendo separá-las.

Desse modo, os estudos nessa linha de pesquisa possuem sempre um caráter qualitativo-interpretativista, que estuda o objeto de investigação em seu contexto natural na tentativa de dar sentido aos fenômenos levando em conta os significados que as pessoas lhe atribuem. Não há análise quantitativa de dados. Busca-se, no geral, realizar uma “exaustividade vertical” como dispositivo analítico (ORLANDI, 2009, p. 62) considerando os objetivos da pesquisa que podem incluir os efeitos de memória, da história, as ideologias, as heterogeneidades, os não ditos e/ou os já ditos, ou seja, o objeto é estudado na sua profundidade/totalidade.

Como diz Mariani (1999, p. 108), “os sentidos das palavras podem mudar conforme a situação em que são usadas e conforme o lugar social ocupado pelo sujeito que fala”. Dessa maneira, observando que se busca entender quais são os sentidos construídos, pode-se notar que, como afirma Soares (2007, p. 183), “os sentidos vão se estabelecendo através de já ditos ou já construídos, ora retomando discursos em forma de paráfrase e reproduzindo sentidos, ora em uma disputa acirrada de efeitos discursivos”.

Em AD, a metodologia de análise não incide em uma leitura horizontal, ou seja, em extensão, tentando observar o que o texto diz do início ao fim, mas, realiza-se uma apreciação em profundidade, que é possibilitada pela descrição-interpretação em que se examina, por exemplo, posições-sujeito assumidas, imagens e lugares estabelecidos a partir de regularidades discursivas demonstradas nas materialidades.

No que dizer respeito à seleção e organização do corpus, dois elementos que são comumente utilizados é o recorte (ORLANDI, 1989) e o enunciado (FOUCAULT, 1995).

Segundo Orlandi (1989, p. 36), o recorte refere-se a uma unidade discursiva percebida como fragmentos correlacionados de linguagem e ocorrência. Para a autora, cada texto é um adjacente de recortes discursivos que se entrecruzam e se dispersam; um recorte é um fragmento da circunstância discursiva e a análise explorada efetua-se por meio de seleção dessas integrações extraídas do corpus, ou mesmo de recortes de recortes, de acordo com os objetivos da pesquisa/estudo.

Nesses recortes, o analista pode ponderar cada enunciado como Foucault (1995, p. 124) o idealiza, que é como um “elemento suscetível de ser separado e capaz de entrar em jogo de relações com outros subsídios semelhantes a ele”. Conforme o autor, o enunciado é uma pequena fração que precisa de um apoio material, tem uma data e lugar, e é determinado por um sujeito não podendo ser confundido com palavra ou frase.

O conceito de enunciado não se restringe ao de signo linguístico, pois língua e enunciado não estão no mesmo patamar de existência. Nesse sentido, Courtine (1999, p. 16) salienta que ao tratar do discurso não se está tratando da língua, ou seja, “de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, [...] mas que se realiza na língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável”. Um enunciado pode ser além de palavras ou frases, símbolos, imagens, gráficos, organogramas, desenhos, etc. É como “um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo no discurso” (FOUCAULT, 1995, p. 90).

Mediante a metodologia de pesquisa da AD, o corpus a qual se pretende analisar pode ser estudado por mais de um

viés. Neste sentido é que se faz necessária uma explanação acerca das principais categorias de análise em AD. A começar pelos efeitos de sentido.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2012), os *efeitos de sentidos* possuem uma característica bilateral quanto à pretensão e à produção, isto é, os autores apresentam que há:

por um lado, os efeitos que sujeito comunicante pretende e busca produzir junto ao sujeito 1 destinatário por ele suposto e construído de modo ideal – os chamados efeitos pretendidos – e, por outro lado, aqueles que o sujeito 2 interpretante reconhece *efetivamente*, construindo-os e reconstruindo-os a seu modo – os chamados efeitos produzidos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 180).

Com as noções de efeitos de sentido pretendidos e efeitos de sentido produzidos, Charaudeau e Maingueneau (2012), revelam que a produção do sentido não está nem no momento de pretensão do dizer (como dizer, quando dizer, quais palavras usar), nem no momento da produção concluída. O sentido não se localiza nem em quem o pretende produzir nem em quem o já tem produzido; o efeito de sentido se materializa entre esses dois momentos.

De acordo com a definição trazida por Charaudeau e Maingueneau (2012), os efeitos de sentidos produzidos pelos sujeitos não possuem, também, um caráter intrínseco de convergência e de concordância. O que vemos é que a divergência assume um papel relevante no sentido, tanto na pretendida quanto na produzida.

Para que os sentidos sejam produzidos, outro conceito é ativado, o de memória discursiva. É o uso deste conceito que possibilita o dizer, constituindo-se na forma do “pré-construído” (ORLANDI, 1999), isto é, as significações e efei-

tos de sentido anteriormente (re)produzidos em volta deste ou daquele discurso. Dessa maneira, essa memória pode ser entendida como interdiscurso, um discurso alheio que afeta e influencia na significação e, em seguida, o discurso, cristalizando o conceito da não particularidade, uma vez que o que se fala não é seu, e sim uma construção sócio histórica.

É válido, ao mencionar a noção de memória na AD, considerar o conceito de esquecimento. Orlandi (1999) retoma as duas formas de esquecimento propostas por Pêcheux (1988). Os esquecimentos são importantes pelo seu papel determinante na cristalização dos sentidos, fato este que contribui na criação de dois efeitos, o de sujeitos plenos e detentores daquilo que dizem e o efeito da língua como um sistema transparente, que produz sentidos claros, diretos e evidentes, quando, na verdade, a língua possui uma característica opaca, isto é, não se é possível enxergar todos os sentidos das palavras (BRANDÃO, 2012).

O segundo esquecimento, o enunciativo, está localizado na enunciação, é quando “escolhe-se” uma palavra e não outra. É o esquecimento ideológico: o sujeito pensa ser fonte de sentido. O sujeito se coloca como a origem de tudo o que diz e busca rejeitar, apagar, de forma inconsciente, o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso, quando, na verdade, apenas retoma sentidos já— produzidos, partindo da influência que o inconsciente e a ideologia têm sobre ele. Enquanto que, o primeiro esquecimento é resultado da ação das diversas ideologias que nos atingem.

O primeiro esquecimento, para Pêcheux (1988), é de tom pré-consciente ou semiconsciente no qual o sujeito privilegia determinadas formas em detrimento de outras. O sujeito elege uma forma de dizer, apagando outra e traz seu discurso numa determinada formação discursiva de forma que se opta por essa e não por aquela forma, “esquecendo”, assim, as outras possibilidades dando a noção de que o discurso

reflete o único e possível conhecimento. O sujeito tem a ilusão de que aquilo que diz só possui um significado, o que ele pretende, que aquilo que o sujeito diz significa exatamente aquilo que ele quis dizer e que não poderia ser dito de outro modo (PÊCHEUX, 1988).

Em AD, outra categoria de análise é muito cara, a categoria das condições de produção, que devem ser levadas em consideração, uma vez que tratam de localizar os discursos em seu contexto, e dessa forma se propõem a entender o que é dito, quem o diz, por que o diz, para quem diz, como diz, de que ponto histórico, cultural e social diz e com quais objetivos o faz.

As condições de produção apontam, então, para um todo que contextualiza os discursos no espaço (onde esses discursos são produzidos) e no tempo (quando esses discursos são produzidos). Apontam também para quem os produz. Levando em consideração a carga semântica e simbólica de cada texto.

Dessa forma, é possível perceber a inexistência de uma verdade, uma vez que determinado contexto de produção permitirá a circulação de determinados discursos, e esses discursos serão tomados como verdade. Mas em outros contextos, com outras formações ideológicas em cena, a verdade pode ser outra. É por meio das pontas soltas no discurso que o analista tem a permissão de chegar a determinadas conclusões a respeito de uma possível, ou não, verdade.

Conforme Mussalin (2004), Pêcheux acredita que “a significação não é sistematicamente aprendida por ser da ordem da fala e, portanto, do sujeito, e não da ordem da língua, pelo fato de sofrer alterações de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam” (MUSSALIN, 2004, p. 105) e, dessa forma, o lugar de onde os sujeitos dizem é de extrema importância naquilo que dizem, reforçando, assim, a importância do contexto de produção.

O trabalho do analista do discurso não deve focar apenas reflexões acerca do já produzido, mas voltar-se para uma dada posição de analista que agencia, por meio de conhecimentos prévios, uma “rede de memórias” (MAZIÈRE, 2007) com o objetivo de desenvolver diferentes perspectivas de leituras e, em sequência, de análises.

É relevante que o analista saiba que “não é uma pessoa neutra. Nunca” (MAZIÈRE, 2007, p. 23). Ele tem a responsabilidade de entender e, dessa maneira, “assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve, igualmente, construir um observatório para si” (MAZIÈRE, 2007, p. 23). O analista deve posicionar-se e reconhecer-se no tempo e espaço como um sujeito também assujeitado, para, dessa forma, justificar sua análise e dar consistência a suas afirmações.

Cabe ao analista considerar as condições de produção às quais o interlocutor está assujeitado ideologicamente e estabelecer uma relação do discurso com o texto.

Outra categoria de análise muito importante é o sujeito, e para iniciar a compreensão acerca do conceito de Sujeito em AD, recortemos a definição de Charaudeau e Maingueneau (2012), segundo os quais:

o sujeito do discurso é um sujeito composto de várias denominações. Ele é polífono, uma vez que é portador de várias vozes enunciativas (polifonia³). Ele é dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros são não-conscientes, outros ainda, inconscientes. Enfim, ele se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases

³ Deste processo de significação, o segundo sujeito significa o primeiro e retoma a capacidade de múltiplos significados e sentidos que se pode produzir, uma vez que “o sujeito é efeito de linguagem” (BRANDÃO, 2012, p. 69).

diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato. Cada um desses papéis conduz o sujeito do discurso a se lançar em operações diferentes. No primeiro caso, ele exerce o papel de codificador; no segundo, o papel de decodificador, sendo ambos produtos de inferências que não são exatamente idênticas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 458).

Entendemos o que Charaudeau e Maingueneau (2012) nomeiam de posições que o sujeito assume na produção de seus discursos como “desempenhar alternativamente dois papéis”: Primeiramente, o sujeito, ao produzir um ato de linguagem, entra em um processo de suposição dos efeitos de sentidos que serão produzidos por aqueles que receberão seu discurso, os outros. Isto é, entram em processo de suposição se seus efeitos de sentidos pretendidos foram os produzidos, pelo sim ou pelo não, seguem em seu processo de ressignificação dos efeitos de sentidos que possam ter sido produzidos. Em segunda instância, o sujeito aciona seus conhecimentos e suas ideologias e parte à atribuição de sentidos para o que é dito.

Ao mesmo tempo em que o sujeito significa, esses significados determinam o sujeito, pois como afirma Mazière (2007), “o sujeito-leitor faz o sentido na história, por meio do trabalho da memória, a incessante retomada do já dito, o encontro do ‘impensado de seu pensamento’. O indivíduo não está na fonte do sentido” (MAZIÈRE, 2007, p. 63), pois sujeito e sentido se constrói mutuamente (ORLANDI, 1999).

Como confirma Brandão (2012), a AD incorporou em sua rede conceitual, aspectos relativos ao conceito de sujeito

elaborado pela psicanálise, tal como sua constituição marcada pela heterogeneidade⁴:

O sujeito é dividido, clivado, cindido. O sujeito não é um ponto, uma entidade homogênea, mas o resultado de uma estrutura complexa que não se reduz à dualidade especular do sujeito com seu outro, mas se constitui também pela interação com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano. Inconsciente que, concebido como a linguagem do desejo (censurado), é o elemento de subversão que provoca a cisão do eu. Essa divisão do sujeito não significa, entretanto, compartimentação nem dualidade (BRANDÃO, 2012, p. 67).

O sujeito na AD é, em sua essência, histórico, conduzido pela ideologia, e interpelado por ela. Um sujeito assujeitado ideologicamente e guiado pelo inconsciente. O dizer não nasce no sujeito, nasce em determinado contexto. O sujeito é social, é histórico e cultural, pois

sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço orientado socialmente, o sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do outro (BRANDÃO, 2012, p. 59).

Este “determinado lugar” e “determinado tempo” é o que consideramos, em AD, como partes constituintes das

⁴ Entendemos a heterogeneidade como o aspecto do discurso, apresentado por Authier-Revuz, de sempre trazer o discurso do outro, seja ele mostrado (evidente, aclarado, dá o crédito a aquele, ou aqueles que o disseram antes) ou constitutivo (implícito, inerente, que diz como se aquilo que está sendo dito surgisse em que o diz, apaga ou ignora, às vezes por desconhecimento, que aquilo já fora dito por outros).

condições de produção que “desempenham um papel essencial na construção dos corpora” (CHARAUDEAU; MAINGUE-NEAU, 2012, p. 114) interferindo e dando condições de forma ativa na produção de discursos e seus efeitos desentidos.

O sujeito é histórico, é influenciado por seu inconsciente e é, ainda, determinado a todas as condições de produção possíveis. Entendemos que o sujeito não tem domínio sobre o que diz, uma vez que o sujeito não ocupa uma posição de centro, o que nos leva a questionar “aquela concepção do sujeito enquanto ser único, central, origem e fonte do sentido, formulado inicialmente por Benveniste, porque na sua fala outras vozes também falam” (BRANDÃO, 2012, p. 59). O sujeito na AD não é dono do que diz, não é dono de seu discurso, é apenas o produtor dos dizeres possíveis.

Embora o sujeito na AD não seja a raiz dos sentidos, ele é “movido pela ilusão do centro, por um processo de denegação em que localiza o outro e delimita o seu lugar, o falante pontua o seu discurso numa tentativa de ‘circunscrever e afirmar o um’” (BRANDÃO, 2012, p. 69), e é por meio do Outro⁵ que o sujeito estabiliza o seu discurso em relação aos outros discursos.

Quando se analisa a articulação da ideologia com o discurso, isto é, como específicas formas de pensar se materializam em específicas formas de dizer, dois conceitos são caros à AD e devem ser postos em cena: as *formações discursivas* e as *formações ideológicas*.

Os dois conceitos estão interligados, uma vez que ambos se constituem e fazem parte um do outro. Enquanto as formações ideológicas representam o conjunto de ideologias, modos de pensar, as formações discursivas representam o

⁵ O conceito de heterogeneidade releva que o sujeito é construído pelo outro, isto é, por outras vozes e pelos outros sujeitos. Compreendemos como Outro os outros sujeitos que participam na estabilização dos sentidos.

conjunto de discursos que materializam as formações ideológicas.

Brandão (2012) aponta que a análise de uma formação discursiva se constitui na análise e descrição dos enunciados que a constituem e, no processo de análise, dois conceitos conhecidos em AD irrompem: as formações discursivas (doravante, FDs) e as formações ideológicas (daqui em diante, FIs).

As FDs, além de possuir o caráter “que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras” (BRANDÃO, 2012, p. 49), são determinadas pelas regras presentes nos discursos, como afirma Brandão (2012), as regras que norteiam uma FD estabelecem sempre uma relação entre objetos e caracterizam a FD:

uma “formação discursiva” se apresenta sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a “formação discursiva” em sua singularidade e possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade. Regularidade que é atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva (BRANDÃO, 2012, p.32).

Uma característica da FD é sua constituição de um sistema parafrástico, ou seja, um sistema de formas de dizer que se repetem, que são reformuladas e são retomadas “num esforço constante de fechamento de suas fronteiras” (BRANDÃO, 2012, p. 48). É por meio da análise dos enunciados que fazem parte das FDs (os discursos) que se pode remontar a própria FD e perceber o modo de dizer que ela materializa de determinado modo de pensar(FIs).

As FIs têm “necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas.

Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas.” (BRANDÃO, 2012, p. 47). Enquanto as FDs se mantêm no campo do que pode e deve ser dito, são as FIs responsáveis pelo que se pode e deve pensar e esse modo de pensar é concretizado por meio das FDs.

Compete à FI a posição de dado pensamento, em uma determinada conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 1999) e é representada, como já dito, no discurso pelas FDs, fazendo com que os discursos sejam sempre determinados ideologicamente. A FI representa, então, um modo de pensar. Esse modo de pensar pode ser dito de várias formas (FDs) cada modo de dizer produz efeitos de sentido na materialidade, e os sentidos (os discursos) é que permitem, por meio do caminho inverso aqui exposto, a análise destes discursos, FDs e FIs.

Brandão (2012) apresenta, ainda, a noção de Sequência Discursiva (doravante SD), que não pode ser confundida com formação discursiva. Enquanto a FD é o conjunto de modos de dizer, a SD é um excerto material, o qual se pode analisar e perceber essa ou aquela FD e FI, pois

toda sequência discursiva deve ser analisada em um processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma FD dada: daí porque o estudo do intradiscorso de toda sequência manifesta deve estar associado ao do interdiscorso da FD (BRANDÃO, 2012, p. 52).

Abordadas as principais categorias de análise, verificamos, dessa forma, que os conceitos nos quais a AD se baseia são complexos e mantêm uma relação tensa entre as noções que os integram. A atividade de análise deve sempre por em questão a natureza dos conceitos e considerar seus limites não impedindo que a AD se singularize em sua forma de conhecimento sobre a linguagem e se distancie das demais áreas por seus aparatos teóricos e seus métodos de análise.

Referências

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.

COURTINE, J.J. O discurso inatingível: Marxismo e Linguística (1965-1985). Trad. Heloísa M. Rosário. In: *Cadernos de tradução* – n. 6/jun. 1999. Porto Alegre: 1999.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa; o imaginário sobre os comunistas nos jornais*. Rio de Janeiro, Campinas: Revan & Ed. UNICAMP, 1998.

MUSSALIN, F. Análise do Discurso. In: *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Vozes e contrastes: Discurso na Cidade e no Campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean- Jacques. *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos (SP): EdufScar, 2009.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

SOARES, A. S. F. O discurso jornalístico e seus rituais. *Revista ECO-PÓS*, v. 10, n. 2, jul/dez, 2007, p. 181-196.

[Recebido: 01 ago. 2016 — Aceito: 24 nov. 2016]